

O TSE e a
Política na
Formulação
das Regras
Eleitorais

Caroline Bianca Graeff

O TSE e a Política na Formulação das Regras Eleitorais

**O caso das contas de
campanha em 2012**

**EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2022**

Copyright © 2022 by Caroline Bianca Graeff

Categoria: Ciências Sociais

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

G734t

Graeff, Caroline Bianca

O TSE e a política na formulação das regras eleitorais : o caso das
contas de campanha em 2012 / Caroline Bianca Graeff. – Rio de Janeiro :
Lumen Juris, 2022.

216 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-519-2214-9

1. Tribunal Superior Eleitoral. 2. Campanhas eleitorais - Brasil.
3. Prestação de contas - Brasil. 4. Direito eleitoral - Brasil. 5. Certidão
de quitação eleitoral. I. Título.

CDD 342.8107

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Prefácio	XI
Introdução.....	1

PARTE I

Capítulo 1	
O objeto em análise e o contexto em que a decisão esta inserida	9
Capítulo 2	
O modelo de governança eleitoral e a Justiça Eleitoral brasileira.....	17
Capítulo 3	
Debates teóricos	31
Seção 1 A judicialização da política	31
Seção 2 Ativismo judicial.....	39
Seção 3 Diferenciação entre os conceitos de judicialização da política e de ativismo judicial	49

PARTE II

Capítulo 4	
A primeira decisão do TSE.....	55
4.1 Exigência da aprovação das contas de campanha para liberação da Certidão de Quitação Eleitoral.....	56
4.1.1 Contrários à medida	56
4.1.2 Favoráveis à medida	67
4.1.3 Resultado da votação	73
4.2 Questões acessórias	74
4.2.1 Entrada em vigor da regra	74
4.2.1.1 Contrários ao início imediato da vigência da norma	75
4.2.1.2 Favoráveis ao início imediato da vigência da norma.....	78
4.2.1.3 Resultado votação	84
4.2.2 Período de impedimento de obtenção da certidão para os candidatos com contas reprovadas	85

4.2.2.1 Contrários à manutenção do impedimento pelo período do mandato ao qual o candidato concorreu	86
4.2.2.2 Favoráveis ao impedimento pelo período de duração do mandato para o qual o candidato concorreu	88
4.2.2.3 Resultado da votação	91
4.2.3 Contas dos candidatos eleitos	92

Capítulo 5

A reação dos partidos e dos políticos.....95

5.1 Apresentação de PL	97
5.2. Pedido de Reconsideração	102

Capítulo 6

A segunda decisão do TSE.....107

6.1 Admissibilidade do Pedido de Reconsideração.....	108
6.1.1 Argumentos contrários à admissibilidade.....	108
6.1.2 Argumentos favoráveis à admissibilidade	110
6.1.3 Resultado da votação	112
6.2. Análise do mérito do Pedido de Reconsideração.....	112
6.2.1 Argumentos contrários ao deferimento do Pedido.....	113
6.2.2 Argumentos favoráveis ao Pedido	117
6.2.3 Resultado da votação	120

PARTE III

Capítulo 7

Apreciação geral sobre a polêmica da prestação de contas no TSE127

Seção 1 Características do Direito Eleitoral.....	127
Seção 2 Prerrogativas autorizavam o TSE a agir	130

Capítulo 8

Elementos norteadores da mudança145

Seção 1 Formação dos blocos no TSE	145
Seção 2 Composição do TSE	159

Considerações finais.....169

Referências bibliográficas175